

## AS CIDADES FEMINISTAS - CONSIDERAÇÕES SOBRE O POSSÍVEL.

**GOMES, Norma Urban,** [ngug@hotmail.com](mailto:ngug@hotmail.com)

*Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Mackenzie*

### **Resumen**

Este trabalho discute os impactos do pensamento feminista na configuração espacial das cidades. Analisa o pensar masculino escondido em um discurso de neutralidade dos espaços, e entende que as regras de gênero disfarçadas nesta falsa neutralidade criam espaços separados para mulheres. Analisa, ainda, o entendimento de que as ruas são espaços de manifestações e contradições para as mulheres, pois reflete as regras do patriarcado em sua origem e transforma as ruas em um palco de manifestações dessas regras. Discute também a condição da mulher na esfera privada e suas consequências nos estudos das cidades.

### **Palabras clave:**

**Género, arquitectura, diseño, urbanismo**

## Introdução

As cidades são a expressão física das sociedades (Darke 1998). Por isso, é fundamental repensar, transformar e propor cidades, bairros, espaços urbanos a partir da perspectiva feminista. Os lugares não são neutros em nenhuma escala: eles nos condicionam, eles nos enviam mensagens, eles constantemente nos dizem o que é comportamento apropriado e o que não é. Portanto, a transformações de lugares urbanos realizadas considerando critérios de igualdade, cuidados e redes é essencial.

Alcançar cidades feministas é um grande desafio, na medida em que supõe uma mudança de paradigma, assim como o feminismo propõe em relação ao cuidado em sentido amplo que questiona o mantra capitalista de “sempre mais”, “sempre mais dinheiro”. As cidades do século XXI exigem um planejamento urbano de transformação pautado na perspectiva de gênero para garantir que sua infraestrutura possa apoiar as aspirações de boa governança e segurança para todos cidadãos, independentemente do sexo e de outros aspectos de suas identidades.

“La ciudad feminista es una experiencia en marcha sobre el arte de llevar una vida distinta, mejor y más justa en el mundo urbano” (Kern 2020, 146). As mudanças de paradigma necessárias para que a igualdade e equidade entre os seres humanos se consolide exige reconhecer e aceitar que as lógicas e valores patriarcais que compõem as sociedades hierárquicas atuais estão errados, não funcionaram e continuam não funcionando. Essa ideia de mundo é baseada em uma concepção equivocada: a superioridade de uma espécie, ou melhor, do macho dessa espécie.

Como escreve Zaida Muxi Martinez (2011), trata-se de uma pirâmide que coloca o macho no topo e tudo abaixo como algo que lhe pertence e está a seu serviço. Esse esquema estrutural deve ser alterado para um modelo de sistema em rede, no qual todas e todos somos importantes e mutuamente essenciais. Nesse sistema em rede, como explica Alicia Puleo (2019), é fundamental reconhecermos nossa condição de dependência e interdependência. A ideia de que quanto mais autônoma uma pessoa é, melhor – reforçada nos tempos neoliberais como os que estamos vivendo –, é uma falácia. Sempre dependemos e sempre dependeremos de outras pessoas e também do ambiente em que vivemos. Compartilhamos e fazemos parte, como seres vivos, de uma ordem ecológica que não é nossa posse e nem está a nosso serviço, mas nos permite viver. E nossas ações devem ser consistentes e coerentes com essa ordem.

Os feminismos podem ser a revolução necessária, porque encarna a equidade, reconhecendo e assumindo a diversidade; porque valoriza o cuidado, nos reconhecendo como parte de uma espécie em um sistema ecológico complexo; porque se constrói com empatia e irmandade; porque

considera outros valores para a economia, como tempos e espaços reais e o cuidado com a vida, ao invés da falácia patriarcal do crescimento contínuo, acumulativo, linear, exploratório e infinito em sistemas de espaço, suporte e tempo que são, sim, finitos.

### **Perspectivas feministas como ferramentas de análise**

A luta pelo espaço urbano tem sido tradicional e classicamente entendida do ponto de vista econômico e de classes sociais. No entanto, tem sido negado às mulheres o direito à cidade como espaço público, político, de encontro, movimento e liberdade. O desafio de pensar a cidade como um espaço inclusivo a partir de perspectivas feministas é um desafio imenso, pois trata de transformar um modelo que já existe. Há, todavia, uma premissa que não podemos esquecer: os espaços artificializados (urbanizados em diferentes graus) não podem e não devem continuar a crescer. Esse desenvolvimento urbano é a expressão física do crescimento infinito a que o modelo atual nos leva, que está colocando em risco nossa sobrevivência no planeta e o próprio planeta como o conhecemos hoje.

É necessário entender o sexo como constituinte da identidade do indivíduo, tanto em relação às práticas sociais como em relação às práticas institucionais (etnia, classe, nacionalidade, sexualidade). São as relações sociais que vão dar sentido ao feminino e ao masculino através dos processos de socialização, auxiliando os sujeitos a procurarem seus lugares sociais, disposições, e a maneira de estar e ver o mundo. Sendo assim, a discriminação contra as mulheres por serem mulheres é um fato sócio-político, e não natural, que deve ser tratado por meio de respostas políticas e sociais que têm impacto nas esferas pública e privada.

A construção social de gênero atribui espaços e prioriza o privado. Nesse sentido, o público e o privado aparecem como pares complementares e ao mesmo tempo antagônicos, associado ao sistema sexo-gênero.

Isso porque, sob esse sistema, o papel masculino tem sido associado ao espaço público e a ações produtivas, de trabalho assalariado e ao poder. Por outro lado, o papel do feminino restringe-se à esfera privada, de ações reprodutivas (vinculadas à maternidade), ao trabalho não remunerado, por exemplo o cuidado da casa, e à responsabilidade de cuidar de pessoas.

Como apontou Rodrigues (2017), os estudos de gênero e os estudos feministas desenvolvidos principalmente a partir da metade do século XX identificam que as mulheres foram frequentemente relegadas ao espaço privado e excluídas dos espaços públicos. Mulheres foram historicamente excluídas da esfera pública e dos órgãos de decisão. Isso influenciou como os ambientes,

idades e áreas foram projetados refletindo essa disparidade nos espaços urbanos: as esferas cotidianas do interior das casas foram tratadas com secundárias, e o ambiente exterior – isto é, o espaço público, foi tratado como esfera principal e mais importante. Somado a isso, grandes intervenções e projetos urbanos ficam a cargo de olhares, teorias e ações exclusivamente masculinas e abstratas como se fossem neutras e racionais. Dessa maneira, as perspectivas feministas foram capazes de revelar a separação entre o público e o privado e a atribuição do espaço público aos homens e do espaço privado às mulheres. A separação não é somente física mas, sobretudo, simbólica: o público é o espaço da racionalidade, o espaço do interesse comum; e o privado é o do particular, do cuidado. Daí a atribuição do interesse comum e racional aos homens e o privado e afetivo às mulheres.

Como vimos, tais delegações não foram diferentes no planejamento e nas políticas urbanas. Nos últimos anos, estudos no âmbito internacional realizados com perspectivas feministas a partir de diversas áreas do conhecimento – como geografia, antropologia, psicologia social, arquitetura, urbanismo e sociologia –, têm visibilizado e incluído as mulheres nas análises produzidas sobre o espaço público. Tais medidas são traduzidas em ações afirmativas, como na defesa de uma arquitetura, de um urbanismo e de políticas urbanísticas inclusivas, projetadas considerando não só as necessidades e as experiências das mulheres como também as dos demais grupos socialmente menos favorecidos. A proposta derivada dessa constatação se dirige a uma reestruturação de espaços urbanos que promovam mais inclusão, que não invisibilizem as mulheres e grupos minoritários, e que promovam a interação entre os diferentes grupos, a diversidade e a heterogeneidade social e étnica.

Sendo assim, buscamos com este artigo reunir estudos de gênero e feminismo, pois compreendemos que esse ponto de vista não só nos dá uma oportunidade para o diagnóstico da situação, como também nos oferece pautas para uma intervenção orientada à construção de cidades mais equitativas, igualitárias e inclusivas. Essa perspectiva tem como proposta radical a eliminação da dicotomia público-privado. Eliminar essa dicotomia no espaço da cidade implica considerarmos no planejamento e no desenho das cidades o fato de que as necessidades de homens e mulheres são diferentes e que, portanto, suas experiências são também diferentes e diversas, independentemente se nos espaços públicos ou nos espaços privados. Sugere fazer possível o trânsito entre os diferentes espaços, bem como fazer possível uma cidade que articule e interseccione as atividades domésticas e relacionadas com o cuidado como as atividades de trabalho. Isto é, considerar não unicamente as características e condicionantes do mundo produtivo, senão também as do mundo reprodutivo. Aderindo a percepção de que as cidades do século XXI exigem um planejamento pautado na perspectiva de gênero, Jo Beall argumentou que “novas

formas de parceria urbana são necessárias, para desenvolver processos que incluem mulheres e homens em todas as fases do desenvolvimento urbano” (Beall 1996, 87).

Entretanto, considerando que tais mudanças são graduais e que em seus papéis histórica e socialmente atribuídos como cuidadoras primárias, as mulheres se tornaram especialistas em manter a vida cotidiana para si próprias, suas famílias e comunidades. Por isso, elas precisam de cidades que possam ser planejadas para apoiá-las, inclusive, nessa função.

Calió (1991) afirma que entender a evolução da sociedade patriarcal, da família e das mudanças ocorridas no trabalho doméstico é essencial para compreender a urbanização moderna. A autora faz uma crítica aos estudos sobre o urbano que negligenciam a esfera do privado e das atividades domésticas. Dessa forma, eles omitem o papel da família e do patriarcado na cidade. Para ela, ocorre uma “invisibilizaçã’ das mulheres na multidão urbana” (Calió 1991, 94), dado que “reconhece-se o papel da mulher no suprimento físico da força de trabalho e mesmo a sua presença no mercado, mas ignora-se o papel da “totalidade do seu trabalho” para a cidade.” (95).

Toda essa “invisibilidade” das relações de gênero e das mulheres nos estudos urbanos resulta em políticas públicas que não levam em consideração as singularidades e especificidades de suas vidas. A insegurança sentida pelas mulheres ao andarem nas ruas devido à existência de áreas ermas em determinados horários do dia, resultado de uma ocupação que setoriza divide as áreas comerciais e residenciais, consiste em um dos fatores que limitam seu deslocamento na cidade.

Com essas problemáticas em vista, o movimento Feminista desenvolvido nos Estados Unidos argumentava que a dispersão urbana, a monofuncionalidade e a baixa densidade (*sprawl*) são as causas mais importante do motivo da forte ligação estabelecida da mulher com a casa. Isso porque as distâncias entre os lugares das cidades foram aumentando e, como consequência, o automóvel surge como a única solução para o ágil deslocamento e a realização das tarefas cotidianas. Nesse modelo, as pessoas que não têm a capacidade física e/ou recursos para obter e conduzir um carro, encontra-se imobilizada e incapacitada para acessar as oportunidades que as cidades oferecem.

Nesse contexto, as mulheres ficam presas aos trabalhos relacionados ao cuidado da casa e de todos os deslocamentos que essas tarefas implicam, como compras, consultas médicas e tarefas burocráticas. Aqui também é importante ressaltar que o carro imobiliza também as crianças, adolescentes, pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida, além daquelas pessoas

que são incapacitadas legal ou tecnicamente para dirigir. Nesses casos, a mulher passa a atuar como motorista e companheira para o transporte de um lugar ao outro para que essas pessoas possam realizar suas atividades cotidianas (Law 1999).

Mesmo que a descrição feminista das regras de conduta das mulheres tenha sido desenvolvida em uma sociedade centrada no automóvel, muito diferente daquela encontrada nos países em desenvolvimento, como nós os latino-americanos, essa descrição exemplifica claramente as características de mobilidade feminina, dedicada a múltiplos deslocamentos relacionados com as tarefas do cuidado da casa e da manutenção de terceiros. Todos esses deslocamentos impactam na vida cotidiana das mulheres, diminuindo seu tempo disponível e aumentando drasticamente seu valor e a forma de usá-lo.

### **O Urbanismo Feminista**

Como demonstramos até aqui, para romper essa recorrente e insistente divisão espacial entre o público e o privado, a estratégia do Urbanismo Feminista é utilizar a vida cotidiana como uma ferramenta de análise do tempo e do espaço nas cidades, e também como uma metodologia de trabalho, por meio da qual se estabeleça uma continuidade entre as diferentes atividades do dia a dia, evidenciando a divisão desigual das tarefas e responsabilidades que recaem sobre as mulheres. A naturalização do trabalho de cuidados e a identificação dessas tarefas com o feminino levou a uma desvalorização das mulheres perante a sociedade em geral, e ainda conceitualmente nos relegou ao espaço doméstico, mesmo que muitas tarefas de cuidado (fazer compras, cuidar das crianças, acompanhar os mais velhos aos médicos, etc.) se desenvolvam nos espaços públicos. Isto vem corroborar na forma com que os espaços urbanos foram e são pensados desde as necessidades e demandas da esfera produtiva, e que a satisfação das necessidades vinculadas com a esfera reprodutiva, não foram e não são levadas em consideração no seu desenho.

As cidades, provavelmente, não foram pensadas como um suporte físico para o desenvolvimento das atividades de cuidado, e desde a Revolução Industrial se considera que as atividades relacionadas aos cuidados eram e são realizadas pelas mulheres dentro do espaço doméstico. É importante o entendimento de que, como mulheres, continuamos sendo sistematicamente excluídas da vida pública. Ainda que essa situação melhore ou mesmo desapareça, também estaremos excluídas daquele que é um espaço físico de suposta liberdade, a rua. A esse respeito Teresa Del Valle faz uma lúcida reflexão:

[...] Así, la afirmación de que el lugar de la mujer está en la casa se sustenta en símbolos imbuidos de significados de inclusión, intimidad, protección, separación. En este contexto, la mujer es vista como receptáculo que lo mismo que contiene vida la da a su vez al lugar donde reside, donde ella es referencia central y guardiana. Pero a su vez se la ve alejada de aquellos espacios donde se llevan a cabo las decisiones principales y que son más públicas, decisiones que van a incidir directa o indirectamente en la forma como la mujer defina su vida personal y doméstica. Todo esto ha incidido en la consideración de un universo más restringido para la mujer que incluye actividades, relaciones y el orden simbólico generado desde ese espacio, mismo que ha servido a su vez para definir el espacio público de una forma distinta a si el lugar de la mujer hubiera estado en el ágora o en el foro (Del Valle 2001, 129)

Isso não significa que as mulheres não utilizem os espaços urbanos, ainda que existam barreiras para um uso igualitário desses espaços. Esses obstáculos, muitas vezes, referem-se a aspectos relacionados com características morfológicas dos lugares, como sua configuração, elementos que o compõem, disposição da luz e muitos outros fatores, por exemplo as sensações de segurança e insegurança que esses produzem. Também é certo que existe um obstáculo muito maior para as mulheres que frequentemente necessitam estão nas ruas. Nesses casos, seu trabalho nas ruas é uma extensão de seu trabalho dentro de casa, de modo com que as rotas femininas sejam, por exemplo, destinadas para a compra de abastecimentos da casa ou para a educação e saúde de familiares pelos quais elas são responsáveis.

A rua também se traduz no sentido geral dos fatos cotidianos, sendo que os homens saem muitas vezes à rua sem um objetivo traçado, mas como uma mera possibilidade, mero ato de passagem e de se estar deixando em aberto às opções de encontros. Assim, o ato de sair à rua, para os homens, configura-se em uma aventura, enquanto para as mulheres, uma necessidade. Com essa perspectiva de a rua ser para as pessoas de gênero feminino uma necessidade, as pessoas responsáveis pelo urbanismo deveriam transformar essa necessidade em um elemento do planejamento urbano. Isso não acontece. No geral, os planos urbanísticos e planos diretores não levam em consideração as demandas por gênero.

Os privilégios e poderes masculinos são sistematicamente mantidos ao consolidarem os movimentos das mulheres limitados, ao mesmo tempo que restringem a capacidade dessas de acessarem espaços diferentes. Darke acentua essa questão quando afirma: "Qualquer assentamento é uma inscrição no espaço das relações sociais na sociedade que o construiu. Nossas cidades são patriarcados escritos na pedra, no tijolo, no vidro e no concreto" (Darke 1998, 138).

Essa afirmação do patriarcado construído na pedra expõe que, de fato, os ambientes construídos refletem as sociedades que os constroem. Isso pode parecer óbvio, mas os mecanismos para essa construção são sutis. Neste cenário em que tudo, desde medicamentos a manequins de teste de colisão para automóveis; coletes a prova de balas e também balcões de cozinha; de smartphones a temperaturas de escritórios são projetados, testados e definidos de acordo com padrões determinados pelo corpo e pelas necessidades dos homens, ser mulher é extremamente complicado.

Esse padrão masculino está presente em tudo e passa despercebido por muitos, influenciando de maneira concreta no dia a dia das pessoas. O que parece menos óbvio é o inverso dessa lógica: uma vez construídas, as cidades continuam a moldar e a influenciar as relações sociais, o poder, a desigualdade e assim por diante. Pedra, tijolo, vidro e concreto não têm defensores, esses elementos não estão conscientes e nem efetivamente tentando defender o patriarcado, mas ajudam a definir uma gama de possibilidades para indivíduos e grupos. Ajudam a manter algumas coisas que parecem normais, enquanto outras soam “fora de lugar” e erradas. Resumindo, lugares físicos como as cidades são importantes para pensar sobre as mudanças sociais que queremos.

### **Questionando as dicotomias**

A linguagem arquitetônica baseia-se na ideia de que gênero é uma oposição binária, com diferentes formas e características descritas, como femininas ou masculinas. A codificação do ambiente construído interpreta a diferença de gênero como “natural” e, assim, legitima e universaliza uma versão particular de diferenciação de gênero.

Além das características arquitetônicas específicas, as normas de gênero são codificadas ainda mais por meio da separação dos espaços entre casa e trabalho, o público e o privado, como vimos comentando até aqui.

Uma vez que as experiências das mulheres são moldadas por uma sociedade patriarcal, suavizar as arestas dessas experiências por meio do desenho urbano não desafia o patriarcado em si, em sua essência. E, em segundo lugar, presumir a unidade entre as mulheres, deixa de considerar outros marcadores importantes de diferença social.



Figura 1: Monumento Masculino – o prédio de escritórios do jornal Diário do Povo, Pequim, que foi ridicularizado por sua aparência fálica. Fonte: Fotografia de Imaginechina/Rex Features. Época Negócios. <https://epocanegocios.globo.com/deias/noticia/2013/05/chineses-zombam-da-forma-falica-do-novo-predio-do-jornal-do-partido-comunista.html>



As discussões referentes ao direito à cidade, sobretudo no que tange às possibilidades de existência e expressão da diferença, têm tomado a frente nos debates acerca das cidades contemporâneas. Não por acaso, a pauta feminista também se une às expressões urbanas, marcando a discussão sobre a noção de espaço público como espaço do bem comum e da produção de sentido de cidadania.

O espaço construído alinha-se a pressupostos epistemológicos da ciência moderna que, de caráter fundamentalmente binário, legitimam as relações sociais a partir da contraposição entre razão/emoção, cultura/natureza, masculino/feminino, favorecendo a perenização de assimetrias e hierarquizações. Nesse contexto, o saber científico moderno institui-se em posição de reforço à naturalização do gênero feminino, produzindo uma sujeição histórica, teórica e concreta da

mulher nas organizações sociais ocidentais, cuja insígnia é a reclusão ao espaço privado – e seu conseqüente apagamento na história pública. Assim sendo, é possível afirmar que a materialidade do espaço construído que nos cerca está implicada na instauração e afirmação de sistemas de significados compartilhados socialmente, objetivando estruturas binárias e hierárquicas capazes de atuar na constituição das identidades de gênero.

A partir do mote “o pessoal é político”, a segunda onda feminista questionava a artificialidade da separação das esferas pública e privada, invisibilizando a mulher na esfera pública, supostamente universal. Susan Okin (2008) aponta para a dicotomia público/privado e seu recorte de gênero, reiterando que os domínios da vida doméstica (privada) e da vida não doméstica (pública) não podem ser interpretados isoladamente ao se discutirem questões ligadas ao acesso à justiça ou ao exercício da cidadania. Tal dicotomia entre as esferas traduz as distinções de gênero ao espaço e reproduzem as assimetrias de poder ao excluírem o feminino das práticas públicas.

No interior da dicotomia público/doméstico, permanece uma ambigüidade, resultando diretamente das práticas e teorias patriarcais do passado, que tem sérias conseqüências – especialmente para as mulheres. A divisão do trabalho entre os sexos tem sido fundamental para essa dicotomia desde seus princípios teóricos (Okin 2008).

Como os estudos feministas têm revelado, desde os princípios do liberalismo no século XVII, tanto os direitos políticos quanto os direitos pertencentes à concepção moderna liberal de privacidade e do privado têm sido defendidos como direitos dos indivíduos. Mas esses indivíduos foram supostos, e com frequência explicitamente definidos, como adultos masculinos e chefes de uma família em sua concepção mais tradicional.

Como corrobora a historiadora feminista Michelle Perrot (2007), há, na verdade, uma contradição no suposto universalismo da declaração dos direitos humanos. A começar pela inexistência do sufrágio universal, a participação feminina na vida pública se constrói de modo incompleto, refletindo-se em uma factual exclusão da própria cidade. A modernidade produziu vivências díspares de um mesmo espaço a partir de um recorte de gênero, que evidencia o caráter constitutivo do espaço como retificador de discursos e práticas sociais. O espaço, de caráter sempre processual, é produzido através de vivências e experiências cotidianas e, de modo recíproco, as materialidades urbanas atuam na manutenção de uma estrutura espacial binária, que tipifica noções de feminino e masculino enquanto categorias antagônicas e inerentes a uma suposta natureza biológica.

Como afirma McDowell (1999), ao não considerarmos a questão das relações de gênero enquanto um aspecto estruturante dos espaços, estamos desconsiderando um aspecto central acerca da constituição de nosso entorno. Assim, é importante destacar que o “direito à cidade”, no sentido de estar “em público”, usufruir da experiência urbana e suas sociabilidades foi, desde a aurora das cidades modernas, uma prerrogativa essencialmente burguesa e masculina.

Ao longo de toda a história do pensamento ocidental, reforça-se a premissa de reclusão feminina ao âmbito doméstico. O sedentarismo, virtude feminina, endossa o triunfo da razão: ao disciplinar a mulher (bem como a natureza), elimina-se seu desejo de fuga, estabiliza-se a sociedade e a reprodução de suas estruturas. Assim, suspeitas recaem sobre as mulheres que se deslocam: “A dissimetria do vocabulário ilustra esses desafios: homem público é uma honra; mulher pública é uma vergonha” (Perrot 2007, 136). Entretanto, as mulheres se movimentam.

A cidade, representada como a perda das moças e das mulheres, lhes permite, com frequência, libertar-se de tutelas familiares pesadas, de um horizonte de aldeia sem futuro. Conseguem modestas ascensões sociais, escapam a uniões arranjadas para realizarem casamentos por amor. A cidade é o risco, a aventura, mas também a ampliação do destino. A salvação. (Perrot 2007, 136).

E a cidade, de fato, tornou-se palco de libertação: tanto na primeira onda feminista, protagonizada pela tomada das ruas pelas sufragistas, como na segunda onda, cujas pautas referiam-se à igualdade de direitos, salarial e legalização do aborto.

Verifica-se que o feminismo se consolidou essencialmente através de manifestações públicas e urbanas (Perrot, 2007). Isso significa pensar uma centralidade das ruas no fortalecimento dos movimentos e nas reivindicações de ordem política nos momentos em que as mulheres se apoderaram taticamente (Certeau, 1994) e resistem ao lugar restrito que lhes é imposto e que não contempla aspectos de sua alteridade. Elas criam, assim dissensos contra hegemonias. É desse modo que, na rejeição de interpretações binárias da cidade e na impossibilidade de apagamento da multiplicidade de experiências na urbe, este trabalho propõe pensar os escapes à ordem estrategicamente estabelecida.

Podemos dizer que a cidade tem uma linguagem que comunica sua condição que é o resultado da combinação das variáveis que intervêm no espaço urbano, algo muito parecido ao que Denise Scott Brown (1972), classifica como Funções, Forças e Formas, metodologia que ela usou para uma análise básica do planejamento urbano.

### **Considerações finais: o que nos diz a cidade sobre a condição de ser mulher?**

Para cada papel de gênero há um espaço assinalado: a casa representa a esfera privada, o reprodutivo e a cidade representa a esfera pública, o produtivo. Nessa estrutura patriarcal, o protagonista público é o homem. Dentro do sistema de divisão e hierarquia, a casa como espaço privado constitui o lugar onde se desenvolvem as tarefas domésticas de cuidado e repouso, que hoje em dia continuam sendo consideradas tarefas de inteira responsabilidade feminina.

Todavia, as esferas pública e privada são complementárias. Como organismos que dependem um do outro, o espaço público não poderia subsistir se não fosse pelas atividades não visíveis que desempenham as mulheres no espaço privado, tornando possível que a vida na esfera pública possa continuar existindo.

O trabalho mais produtivo durante esses anos ocorreu dentro ou perto de casa ao lado do trabalho reprodutivo (Arendt 2005) e o crescimento da cidade foi amplamente governado por interesses particulares e comerciais. Tomando o homem apto e trabalhador como o usuário “neutro” da cidade, os planejadores, designers e arquitetos masculinos – intencionalmente ou não – criaram espaços urbanos que atendia às suas necessidades, ao mesmo tempo que refletem e perpetuam as normas patriarcais de gênero de sua sociedade: aquela que designava os homens como arrimo de família e com pleno acesso ao público, terra e habitação; e as mulheres como cuidadoras, relegadas ao âmbito privado da família e privadas de bens baseados na terra (Fainstein e Servon 2005; Moser 1993).

Dessa forma, os ambientes urbanos ao redor do mundo tornaram-se tanto produtos quanto impulsionadores de papéis e desigualdades de gênero patriarcais, com locais de trabalho separados de moradia; e a mobilidade dos trabalhadores priorizada em relação às das cuidadoras; e mulheres (sexual e minorias de gênero) deixaram a sensação de que não pertencem à esfera pública: que o espaço não é delas.

Arrraigados na teoria e na prática do planejamento e da arquitetura, esses pressupostos heterossexistas não foram reconhecidos e desafiados de forma significativa até a década de 1970, quando estudiosos feministas dos EUA e da Europa começaram a analisar as maneiras pelas quais o planejamento e a arquitetura excluíram as necessidades das mulheres (Fainstein e Servon 2005).

Nas duas décadas seguintes, numerosos desenvolvimentos no planejamento urbano e na teoria da arquitetura ajudaram a lançar luz sobre as diferenças de gênero no ambiente construído.

Estudiosas como Dolores Hayden, Gerda Werkerle e Gwendolyn, Wright publicaram vários artigos e livros sobre as desigualdades de gênero que foram construídas no ambiente urbano, estudando questões de mobilidade, segurança, propriedade da terra e acesso a serviços e emprego.

Em resposta a esses desenvolvimentos teóricos, cidades como Toronto, no Canadá, e Viena na Áustria – tendo como objetivo a maneira de incorporar as perspectivas de gênero em seus processos de planejamento e design urbano – durante as décadas de 1980 e 1990 implementaram importantes projetos urbanos. Por exemplo Frauen-Werk-Stadt (WomenWork-City) em Viena (concluído em 1997) e o relatório Women in Safe Environments (WISE) em Toronto (1987) explorou como o planejamento e a arquitetura podem ajudar a aliviar o fardo de cuidar das mulheres e promover sua segurança na esfera pública.

Embora algumas cidades tenham feito progressos na abordagem dos preconceitos de gênero no ambiente construído nas últimas três décadas, ainda há muito trabalho a ser feito. Há muito menos compreensão de como o ambiente construído funciona para minorias sexuais, raciais e de gênero (Forsyth, 2001; Doan, 2016), e uma suposição contínua de que “inclusão de gênero” significa simplesmente “questões das mulheres” — sem levar em conta as relações entre os gêneros ou os impactos cumulativos de gênero, sexualidade, etnia, raça, renda, classe, habilidade e idade.

## Referências

- Arendt, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- Beall, Jo. Urban governance: why gender matters. *UNDP – Gender In Development Programme*, 1996. <http://www.gdrc.org/u-gov/doc-whygendermatters.html>
- Calíó, Sônia Alves. "Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana" Tese de Doutorado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, 1991.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: vol. 1. Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- Darke, Jane. "La ciudad, espacio de propiedad patriarcal". in: *La vida de las mujeres en las ciudades: la ciudad, un espacio para el cambio*, editado por Chris Booth e Jane Darke (ed. lit.) e coordenado por Susan Yeandle (coord.) pp 122-126 Ed Narcea, 1998.
- Del valle, Teresa. *Modelos emergentes en los sistemas y las relaciones de género*. Narcea Ediciones, 2001.
- Doan, Petra L. "The tyranny of gendered spaces: Reflections from beyond the gender dichotomy". *Gender, Place & Culture* 17, no. 5, 2010.
- Fainstein, Susan S e Servon, Lisa J. *Gênero e planejamento: um leitor*. Rutgers University Press, 2005.
- Forsyth, Ann. "Nonconformist Populations and Planning Sexuality and Space: Nonconformist Populations and Planning Practice." *Journal of Planning Literature* 15(3): 339–58, 2001. <https://doi.org/10.1177/08854120122093069>.
- Hayden, Dolores. "What would a non sexist city be like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work". In: *Gender and Planning. A reader*. Editado por Fainstein e Servon New Brunswick, Nueva Jersey y Londres: Rutgers University Press, 2005.
- Law, Robin. "Beyond 'women and transport': towards new geographies of gender and daily mobility". *Progress in Human Geography*, Thousand Oaks, v. 23, n. 4, 1999.
- MCDOWELL, Linda. "Gênero, identidad y lugar" *Madrid Ediciones Cátedra Universidad de Valencia Instituto de la Mujer*, 1999.
- Muxí Martínez, Z., Casanovas, R., Ciocchetto, A., Fonseca, Marta e Gutiérrez Valdivia, Blanca. "¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?". In: *La arquitectura y el urbanismo con perspectiva de género*. Coordenado por GUTIÉRREZ MOZO, M.E. (coord.) Feminismos, n. 17. Alicante: Centro de Estudios de la Mujer, 2011.
- Okin, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, maio 2008. ISSN 1806-9584.
- Perrot, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução Ângela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.
- Puleo, Alicia. "Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico." *Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência* v.5, 2019.
- Rodrigues, Clarice Fernandes. "A mulher no espaço público: uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço.". *Seminário Internacional Fazendo Gênero E Mundo De Mulheres*, v. 13, p. 1-12, 2017.